

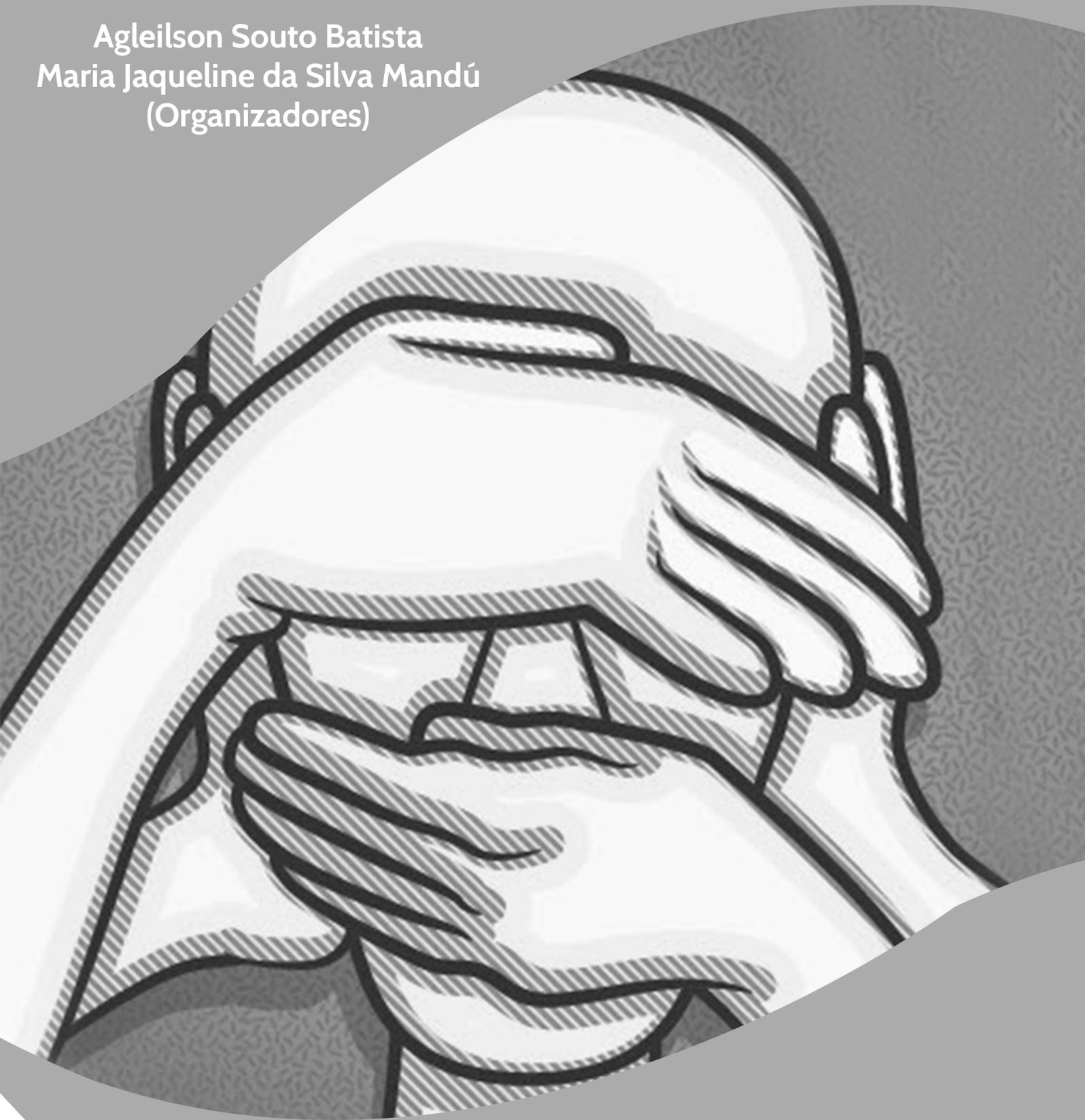
Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú
(Organizadores)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

U91 Utopias e distopias da ciência política 2 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Agleilson Souto Batista, Maria Jaqueline da Silva
 Mandú. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
 Modo de acesso: World Wide Web.
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-963-9
 DOI 10.22533/at.ed.639202701

1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa –
 Brasil. 3. Utopias. I. Batista, Agleilson Souto. II. Mandú, Maria
 Jaqueline da Silva.

CDD 184

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo das ciências políticas é fértil e multidisciplinar posto que pode abranger diversas áreas do saber. Este livro, composto por cinco capítulos na forma de coletânea, traduz essa multidisciplinaridade ao refletir sobre as utopias e distopias da ciência política. As ideias aqui expostas por pesquisadores de diversos pontos do país cumprem a função de gerar relevante discussão acerca de temas instigantes e atuais.

No capítulo 1, intitulado ‘A IIRSA como instrumento para a consolidação brasileira no hemisfério sul-americano no pós-guerra fria’, o autor Patrick Wesley Mendes de Castro busca apresentar algumas considerações sobre as iniciativas de integração física da América do Sul à luz de uma perspectiva crítica, baseando-se em discussões oriundas da geopolítica a fim de fazer uma análise que permita ao leitor relacionar a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e os seus reais desdobramentos na prática. Ao final, conclui que, em sua concepção, o projeto foi sutil, mas alcançou seu escopo ao buscar unificar questões díspares, como comércio, integração de infraestrutura física, segurança tradicional, a necessidade de proteção da democracia, novas questões de segurança e cooperação internacional.

No segundo capítulo, ‘Democracia participativa, sistemas partidários: um estudo comparativo das cidades de Porto Alegre e Montevideu’, de autoria de Alejandro Lezcano Schwarzkopf, buscou-se identificar elementos do sistema político e do sistema eleitoral que possam limitar ou estimular a participação da sociedade civil. As dinâmicas analisadas centram-se nos Conselhos de Vizinhança (CV) de Montevideu e os Fóruns de delegados do OP de Porto Alegre (PoA). Como principais resultados, obteve-se que, na amostra brasileira, o baixo enraizamento dos partidos na sociedade pode gerar efeitos negativos para a qualidade da participação, isto é, pode aumentar as probabilidades de cooptação dos governos sobre associações e representantes de organizações populares. Já no Uruguai, os vínculos de fidelidade partidária, por parte do eleitor, são fortes e foram construídos historicamente por diferentes mecanismos, no entanto, os Conselheiros monteviduanos que aspiravam a ser políticos profissionais estavam condicionados pelo interesse do partido. Nessa perspectiva, para serem candidatos, deveriam desenvolver uma carreira dentro do partido.

O capítulo 3, denominado ‘Governança eleitoral na Paraíba: uma análise sobre impugnações de candidaturas nas eleições gerais de 2016’, de Kyev Moura Maia e Celso Fernandes da Silva Júnior, visa à análise dos principais motivos que levam à impugnação do registro de uma candidatura, por meio da avaliação de 275 decisões judiciais alusivas ao pleito eleitoral de 2016, proferidas em 1ª e 2ª instâncias no Estado da Paraíba, com base no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dentre outros fatores, chegou-se à conclusão de que a documentação incompleta, seguida da ausência de filiação partidária constituem a maior parte dos motivos que geraram impugnações eleitorais no período analisado. Além disso, encontrou-se evidências de correlação entre o número de filiados por partido político e o número de candidaturas

impugnadas pela justiça eleitoral.

No capítulo 4, ‘Estado tecnocrático: noções e contrapontos acerca da tecnocracia’, os autores Francisco Humberto Viana Silva, Geilson Silva Pereira e Tamires Almeida Carvalho investigam a relação entre o modelo de Gestão Técnica e o modelo de Gestão Política, concluindo que o estudo acerca da identificação e desenvolvimento do Estado Tecnocrático, apesar de suas especificidades, pode contribuir para a Gestão Pública Eficiente.

E, finalmente, o capítulo 5, designado ‘Os trabalhadores da cultura no Brasil: análise do perfil sócio econômico e da influência das políticas culturais em anos recentes’, de Francisco Ricardo Calixto de Souza, avalia os dados relativos aos trabalhadores da cultura no Brasil, a partir de fontes oficiais e faz uma reflexão sobre a influência das políticas culturais no processo de formalização ou não desta força de trabalho. Verificando também a composição de renda e de escolaridade desses agentes culturais, além de refletir sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores ligados à “indústria” da cultura no Brasil. O autor conclui que há ausência de censos específicos, que dificulta a identificação da quantidade de trabalhadores e profissionais que atuam na cultura de forma informal como freelances, em 2020. Outrossim, supõe-se que sua renda oscila de acordo com a sazonalidade e precariedade desse tipo de trabalho, que não assegura os mesmos direitos garantidos ao trabalhador com carteira assinada.

Em suma, essa coletânea convida o leitor à reflexão acerca do papel da ciência política sob diferentes enfoques, de modo a contribuir para a construção de novas perspectivas quanto ao seu papel na sociedade.

Desejamos uma excelente leitura a todos(as)!

Agleilson Souto Batista
Maria Jaqueline da Silva Mandú

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IIRSA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO BRASILEIRA NO HEMISFÉRIO SUL-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA	
Patrick Wesley Mendes de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6392027011	
CAPÍTULO 2	21
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, SISTEMAS PARTIDÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU	
Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf	
DOI 10.22533/at.ed.6392027012	
CAPÍTULO 3	33
GOVERNANÇA ELEITORAL NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE IMPUGNAÇÕES DE CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2016	
Kyeu Moura Maia	
Celso Fernandes da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6392027013	
CAPÍTULO 4	47
O ESTADO TECNOCRÁTICO: NOÇÕES E CONTRAPONOTOS ACERCA DA TECNOCRACIA	
Francisco Humberto Viana Silva	
Geilson Silva Pereira	
Tamires Almeida Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6392027014	
CAPÍTULO 5	56
OS TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DA INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM ANOS RECENTES	
Francisco Ricardo Calixto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6392027015	
SOBRE OS ORGANIZADORES	69
ÍNDICE REMISSIVO	70

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, SISTEMAS PARTIDÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS CIDADES DE PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU

Data de aceite: 20/01/2020

Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf

Em diferentes países, atores coletivos têm demandado e/ou governos têm proposto ampliar os mecanismos de representação direta e introduzir a participação de atores da sociedade civil nos processos de formulação de políticas públicas. Esses atores têm expandido sua capacidade de interlocução com governos subnacionais e nacionais, bem como com agências multilaterais e organizações internacionais.

Nesse cenário, Instituições Participativas (IPs) surgem como novos mediadores que exercem funções de representação (AVRITZER, 2008); (LAVALLE,; HOUTZAGER, ; CASTELLO, 2006). As IPs são formas de representação extraparlamentar que não são orientadas a substituir os partidos como instâncias de mediação entre representantes e representados, nem o voto como mecanismo de autorização e sanção, mas ampliam a representação porque aumentam a pluralização e a diversidade dos representados. As novas formas de representação diferenciam-se das

formas tradicionais do governo representativo, pois desempenham funções de fiscalização e gestão de políticas públicas realizadas por cidadãos—redes de atores sociais e movimentos, organizações não governamentais (ONGs) e diversas entidades de *advocacy*, associações comunitárias etc. (LAVALLE, 2011); (YOUNG, 2006).

Dentro dessas experiências inovadoras destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (CGPP) e o Orçamento participativo, surgido na cidade de Porto Alegre, em 1989. O OP tornou-se uma forma de participação local presente em mais de 350 cidades no Brasil (RBOP, 2012) e passou a inspirar outras cidades em âmbito internacional, com presença, hoje, em todos os continentes. Em 2013 havia cerca de dois mil casos de OP no mundo (FEDOZZI, 2015); entre eles, podemos incluir a cidade de Montevideú. Nesta cidade o núcleo das inovações democráticas reside no que se denominou Descentralização Participativa (DP), assim como nos Centros Comunitários Zonais (CCZs), que são as principais instâncias onde se desenvolve a participação.

As análises dessas novas instituições destacam a importância da cultura associativa, assim como o comprometimento político governamental como uma das condições para

o êxito da participação (AVRITZER, 2003; SILVA, 2001; FEDOZZI, 2000). Muitos dos estudos que apontam o papel do associativismo como principal forma de influência na participação tiveram como referência uma nova concepção teórica da sociedade civil.

As obras de Habermas (2003), Cohen e Arato (2001) e Avritzer (1996) foram as principais referências teóricas da literatura centrada na sociedade civil, para a compreensão dos fenômenos participativos. Esta perspectiva gerou diversas críticas. Para autores como Dagnino (2006), Silva (2006) e Romão (2010), compreender o Estado e a sociedade civil numa divisão estanque, dicotômica e normativa, limita a análise das dinâmicas, dos atores sociais, nas suas fronteiras porosas. Esse tipo de abordagem negligencia a compreensão do *papel dos partidos políticos e governos na institucionalização desses arranjos*. Na perspectiva de Lavalle (2011) é necessário romper com o modelo que coloca governos e partidos num lado da mesa e sociedade civil no outro, pois os partidos e governos disputam a representação da sociedade civil, e os atores da sociedade civil procuram agir na inserção da sociedade política (HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004).

Ao centrar nossa análise nas porosas fronteiras da sociedade política e da sociedade civil, podemos observar que em Porto Alegre e Montevidéu existiu um papel determinante dos partidos na institucionalização da participação da sociedade civil. Os executivos Municipais, formados por novos governos de esquerda que alcançaram o poder pela primeira vez – a Frente Ampla (FA) em Montevidéu, de 1990 até o presente, e o Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre, entre 1989 e 2004 – tiveram um papel fundamental na formação do OP e da DP. Essas forças políticas podem ser classificadas como partidos de massas segundo a tipologia de Duverger (1980), isto é, com forte vínculos extra-parlamentares em diferentes organizações da sociedade civil. Em ambas as situações, existiu uma natureza dual da matriz organizacional, expressa pela dupla definição de movimento e de partido.

Se existem elementos em comum nas forças políticas que institucionalizaram a participação, são muito fortes as diferenças nos sistemas políticos onde essas forças políticas emergiram. A cultura política uruguaia, durante grande parte do século XX, destacou-se por ter, na esfera partidária, um de seus principais centros de organização social. Os partidos predominaram sobre diferentes formas corporativas de representação. Essa centralidade foi revigorada nas últimas décadas pela presença política da FA nos governos da capital e do país.

No contexto latino-americano, o Uruguai aparece como um país com partidos fortes e institucionalizados. Uruguai foi classificado como altamente institucionalizado, com um sistema eleitoral de listas fechadas (CAETANO; RILLA, 1991). No Brasil, as IPs convivem com um sistema partidário caracterizado por uma baixa institucionalização, e um sistema eleitoral de lista aberta (MAINWARING, 2001) Pesquisas do Latinobarometro comprovam que, no Brasil, os partidos e a política em geral têm baixíssima legitimidade. Os cidadãos brasileiros não se identificam com partidos; os

eleitores votam em *pessoas*.

A partir dessas considerações temos como objetivo: identificar elementos do sistema político e do sistema eleitoral que possam limitar ou estimular a participação da sociedade civil. O método proposto para alcançar esse objetivo centra-se na análise empírica do terreno das vinculações, articulações e permeabilidades entre as esferas da sociedade civil e da sociedade política. As dinâmicas analisadas centram-se nos Conselhos de Vizinhança (CV) de Montevideu e os Fóruns de delegados do OP de Porto Alegre (PoA). Essas estruturas institucionais, relacionadas respectivamente à descentralização participativa de Montevideu e ao orçamento participativo de PoA, são bastante análogas entre si. Nos dois casos existem cidadãos que são eleitos e representam regiões e interesses de bairros das cidades. Nessas instâncias representativas, foram realizadas 36 entrevistas, entre 2012 e 2013, em duas regiões socioeconômicas análogas nas duas cidades.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, *Instituições comparadas*, descrevemos o formato institucional das IPs de Montevideu e Porto Alegre. Na segunda seção, *Sistema político, sistemas eleitorais*, apontamos características e possíveis efeitos da organização político-partidária na sociedade; finalmente, a partir das entrevistas realizadas, comparamos o impacto do sistema partidário na forma de participação dos delegados e conselheiros.

INSTITUIÇÕES COMPARADAS

A descentralização e a promoção da participação (DP) cidadã na cidade de Montevideu foi resultado da conquista do governo municipal por parte da FA, em 1990. A implementação do sistema de DP consolidou-se em diversas etapas.

O primeiro modelo da DP tinha como proposta a realização de assembleias populares que participariam na gestão da cidade. Em 1990, no mês seguinte à apresentação dessa proposta, todos os partidos de oposição manifestaram reações contrárias ao projeto da FA. Os partidos tradicionais uruguaios mobilizaram toda a sua estrutura política nacional e conseguiram impugnar o projeto original. Como consequência, a FA teve que encontrar brechas legais e alcançar um acordo político com a oposição. Nessa nova configuração institucional foram criados, em 1993, os Conselhos de Vizinhança.

Em Montevideu, existem 18 CVs, vinculados administrativamente a Centros Comunitários Zonais (CCZ). Os CVs são porta-vozes das propostas e das soluções dos problemas do bairro ante as autoridades municipais e nacionais. Também participam na elaboração de planos e projetos de caráter zonal, na definição de prioridades de gastos e investimentos, realizam atividades culturais, sociais e esportivas, coordenam ações com outros conselheiros vicinais e cooperam na manutenção de obras de infraestrutura, de esportes, de parques e de áreas verdes.

Cada CV é composto por no mínimo 5 até 40 representantes, os quais são eleitos

pelos vizinhos residentes em cada zona, em eleições secretas. Nas eleições podem participar todas as pessoas maiores de 18 anos que tenham sido apoiadas por uma organização social ou pela assinatura de dez pessoas residentes no bairro ou na zona onde funcione o CV.

As questões relacionadas ao orçamento são introduzidas em 2006. Nesse ano são criadas novas regras, elaboradas e aprovadas em conjunto pelo governo municipal e pelos CVs. A nova regulamentação divide os recursos orçamentais nas 18 regiões e permite que o destino dessa fonte orçamentária seja decidido pela cidadania, mediante voto direto e universal em eleições convocadas para essa finalidade. Também permite que os recursos para obras das secretarias executivas da intendência sejam decididos pelos CVs, em consulta com os moradores dos bairros. O novo mecanismo assegura o direito de participação universal, possibilitando que cidadãos maiores de 16 anos possam propor obras e decidir quais delas serão realizadas, mediante uma eleição com voto secreto.

OP de Porto Alegre, desde sua gênese, propôs estimular a participação direta na gestão financeira da cidade. Na capital gaúcha, predominou uma forma de participação baseada em assembleias. Anualmente são realizadas assembleias em 16 regiões da cidade, e seis plenárias temáticas (Saúde e Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, Tributação, Circulação e Transporte). As assembleias são abertas a todos os cidadãos com idade a partir dos 16 anos, quando já têm o direito de votar e ser votado.

A comunidade também elege parte dos delegados que irão representá-la no Fórum de Delegados. A fórmula de representação criada no OP estimula a mobilização, pois o número de delegados alocados para cada região cresce em função marginal decrescente (FUNG, 2004). Os delegados podem ser eleitos ou indicados (pelas organizações sociais e/ou comunidade de determinado bairro) em momento posterior às assembleias. A estrutura representativa do OP é complementada pelo Conselho do OP, o qual se reúne periodicamente e é a principal instância de discussão e decisão de prioridades.

A distribuição de recursos entre as regiões/temáticas baseia-se na aplicação de critérios objetivos, impessoais e universais, decididos todos os anos pelos representantes do conselho do orçamento participativo (COP) e pelo Executivo (FEDOZZI; MARTINS, 2015).

Visando encontrar uma homologia estrutural entre as IPs, comparamos os vínculos dos conselheiros dos CVs e dos delegados do OP de PoA com organizações sociais e partidos políticos; nos dois casos existe representação de regiões. Essa última comparação adota como recorte empírico duas regiões análogas de cada cidade quanto ao nível socioeconômico (baixo e médio) da população.

SISTEMA POLÍTICO, SISTEMAS ELEITORAIS

Os diagnósticos do sistema político brasileiro apontam uma fraca

institucionalização, alta volatilidade eleitoral, poucas raízes sociais dos partidos e personalidades acima das instituições (MAINWARING; SCULLY, 1995; SAMUELS, 1999;). Estudos posteriores produziram conclusões mais otimistas, apontando certa regularidade na estruturação do sistema político brasileiro. Para estas análises a estrutura institucional vigente não constituiria um impedimento para que esse regime funcione de maneira relativamente coerente. Nas últimas décadas se consolidou uma crescente disciplina partidária na Câmara de Deputados, assim como um padrão de coalizão partidária no Plenário, ideologicamente coerente com as posições de direita, de esquerda e centro bem definidas (FIGUEREDO; LIMONGI, 1999). Tal comportamento seria explicado pelo controle que as lideranças partidárias exerceriam sobre a agenda dos trabalhos legislativos. Entretanto, essas análises não problematizam o enraizamento dos partidos na sociedade, negligenciando as referências das escolhas de que se utilizam os eleitores para autorizar o poder em seus nomes (CARNEIRO; MOISES, 2015). O sistema eleitoral é fundamental para determinar a forma como se realiza essa escolha.

Uma parte essencial do sistema eleitoral é o procedimento de votação, isto é, o conjunto de regras que determinam a forma como se vota e a quantidade de votos que se emitem. O Brasil tem um sistema eleitoral de lista aberta. Neste sistema, não há uma relação de nomes preordenados. O eleitor tem duas opções: votar no candidato ou na lista partidária (voto na legenda). Um sistema de lista aberta favorece um maior personalismo, existindo poucos obstáculos a uma candidatura individual (KLEIN, 2007).

Esse sistema favorece a autonomia do candidato em relação ao partido. Durante a campanha eleitoral, os eleitores estão expostos a uma disputa entre candidaturas individuais ou alianças partidárias que tornam improvável o desenvolvimento de laços fortes entre candidatos e partidos (KINZO, 2005).

O sistema partidário uruguaio contrasta com o brasileiro, situando-se no extremo oposto da classificação realizada por Mainwaring e Scully (1995), ou seja, como o sistema mais institucionalizado da América latina. Desde a restauração da democracia, mantêm-se os principais atores políticos, com uma tendência de aumento dos setores de esquerda. Em relação ao sistema eleitoral, o Uruguai tem um sistema de votação em listas fechadas. Este sistema permite escolha de uma corrente ou setor dentro de um partido, assim se vota no partido e dentro do partido uma lista encabeçada por um candidato, mecanismo denominado voto preferencial infrapartidário (BARRETO, 2012)¹. O voto simultâneo, praticado no sistema uruguaio, permite que as frações partidárias formem organizações dotadas de ampla autonomia, com meios de divulgação e programas políticos próprios (CAETANO; RILLA, 1991).

¹ Na eleição Municipal é possível que cada partido apresente mais de um candidato ao Executivo. Na disputa presidencial, a partir da reforma de 1996, só é permitida uma candidatura por partido.

RELAÇÃO ENTRE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Para Goldfrank (2006), no final da década de 1980, o nível de institucionalização dos partidos de oposição criou diferenças na formação dos modelos participativos. No caso de Montevidéu, os partidos tradicionais (Partido Nacional e Partido Colorados) eram fortes e com raízes centenárias na sociedade uruguaia. Essas condições lhes permitiram mudar o projeto original da FA, pois o primeiro modelo previa uma maior participação direta por intermédio de assembleias. No caso de Porto Alegre, as organizações partidárias eram fracas, com poucas raízes na sociedade, pois muitos partidos foram criados após a redemocratização. Nessa análise, Goldfrank inclui o PT como um partido de baixa institucionalização. Entretanto, é possível refutar esse argumento, pois num sistema eleitoral de listas abertas centrados no candidato o PT conseguiu desenvolver mecanismos de reputação partidária e dessa maneira desenvolveu uma organização diferente dos demais partidos brasileiros: “Como consequência, o PT já nos final da década de 1980 tinha consolidado uma base ampla de identificados com o partido, votando no partido e não no candidato” (SAMUELS, 2008, p. 303). Pesquisas posteriores confirmaram que o PT é o partido que provoca maiores identificações partidárias (KLEIN, 2007).

Desta forma, partimos da constatação de que o OP porto-alegrense se desenvolveu, no final da década 1980 e começo da década de 1990, num contexto partidário marcado pela baixa institucionalização da maioria dos partidos, com a exceção do PT e parcialmente do Partido Democrata Trabalhista (PDT)².

CONSELHOS DE VIZINHANÇA

O modelo institucional participativo consolidado nos CV, criados em 1993, visava ao estímulo à nova forma de democracia. Buscava-se uma mudança na forma histórica de fazer política em nível municipal, isto é, implicava a passagem de uma lógica setorial e vertical (tradicional aos partidos políticos e sindicatos) para uma horizontal e territorial (Associações de Moradores e organizações territoriais). A participação desejada devia ser plural e menos partidária. Nossa pesquisa não encontrou esse tipo de participação, como será visto a seguir.

Quando contrapomos a DP ideal aos dados empíricos pesquisados, a primeira conclusão em relação às entrevistas realizadas em duas regiões de Montevidéu é a de que a maioria absoluta dos Conselheiros são militantes de esquerda vinculados ao âmbito sindical e às cooperativas e têm mais de cinquenta anos.

As entrevistas realizadas revelam que a maioria dos Conselheiros tem mais

² Na particularidade gaúcha o legado trabalhista sobreviveu à ruptura do sistema partidário produzida em 1964, desempenhando um peso relevante na reestruturação partidária na abertura democrática. Assim, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola, é construído no estado por meio das redes sociais e familiares do trabalhismo anteriores ao golpe de 1964 (GRILL, 2004).

de 50 anos e uma trajetória vinculada à militância política num período autoritário da sociedade uruguaia (1973-1985). Os ativistas da década de 1970 viveram um período dramático da história uruguaia, onde existiu forte repressão, prisão, morte e desaparecimentos de militantes de esquerda. Esses atores sociais tiveram como escola o sindicalismo e as atividades partidárias de esquerda. A maioria dos entrevistados afirma que existe uma lógica partidária no funcionamento dos CVs; entretanto, muitas vezes este mecanismo tende a ser negado. Neste sentido, muitos conselheiros fazem uma distinção entre o “social” e o “político”, afirmando que a participação deveria ser centrada no social (organizações da sociedade civil) e não no político-partidário. Nos entrevistados mais fortemente relacionados à FA, essa distinção aparece como uma constante acompanhada de uma grande carga normativa.

Um dos problemas destacados pelos entrevistados na presente pesquisa foi que, além da menor postulação de pessoas como candidatos a Conselheiros, existe uma alta desistência, por parte dos eleitos, nos primeiros meses, em média 30%. Para os entrevistados, existe uma diferença entre o que se projeta, por parte dos candidatos, e o que efetivamente acontece. Esse fato revela uma falta de conhecimento em relação aos objetivos do CV, e levou a que muitos militantes desistissem, por não ver realizadas suas expectativas. Os que continuam participando são pessoas com mais de cinquenta anos e com mais tempo disponível, em muitos casos, militantes retirados da vida sindical, que encontraram nos CVs uma nova forma de participação.

As lealdades partidárias limitam a participação de cidadãos sem vínculos partidários e sem identidades de esquerda, pois os CVs são identificados pela população e pelos agentes políticos de oposição ao governo como uma instituição que serve para a ação política partidária, dominada pela FA. Desta forma, muitos cidadãos sem vínculos partidários mostram ceticismo para participar como agentes de demandas territoriais. Este argumento se sustenta em outros estudos internacionais, nos quais são apontadas relações entre pluralização e participação. Nesse sentido, Ganuza (2007) observa que, na grande maioria dos casos, em nível internacional, aqueles processos que se podem considerar mais maduros, devido à sua estabilidade no tempo, são os mais plurais em relação à participação cidadã, isto é, aqueles nos quais participam setores com diferentes tendências partidárias, ideológicas, de idades, de sexo e territorialmente diversos.

No Brasil, Romão (2010), na pesquisa realizada no Município de Osasco (SP), constatou que o OP pode ser um bom mecanismo de formação de quadros para o PT. Essas possibilidades estão vinculadas a carreiras políticas dentro de partidos de esquerda institucionalizados. Entretanto, em outros tipos de partidos, a possibilidade da formação de quadros permanentes é mais limitada.

Se, durante toda a década de 1990, existiu a possibilidade de formação de quadros e carreiras políticas mediante a institucionalização do OP, essa realidade vai ser limitada a partir de 2004. Neste ano, o PT perde a prefeitura para José Fogaça, então membro do Partido Popular Socialista (PPS). Fogaça ganha a eleição defendendo a

“participação popular” e a continuação do programa de OP. Nas eleições de 2008, reelege-se prefeito, agora pelo PMDB. Diferentemente da eleição anterior, o prefeito reeleito faz campanha após ter mantido o OP em funcionamento, apesar de diminuir a centralidade que o programa tinha nas administrações petistas (RENNÓ; SOUZA, 2012).

Na análise das pesquisas realizadas sobre preferências partidárias, entre os participantes das assembleias, é possível constatar uma alta volatilidade das adesões a partidos. Entre os participantes das assembleias do OP, o PT, nos anos 1990, aparece como o partido amplamente majoritário nas preferências, chegando a quase 40%. Na pesquisa de 2005, houve um decréscimo moderado nas preferências por esse partido, juntamente com um aumento dos percentuais dos partidos que formaram a nova coalizão de governo, a partir de 2005.

No novo contexto político, a soma dos partidos vinculados ao governo, Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Progressista (PP) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aumentou de 3,9%, em 2002, para 14% das preferências dos participantes das assembleias do OP em 2005, o que representa um crescimento de mais de 200% (FEDOZZI, 2007). Esses dados demonstram que, num cenário de baixa identidade partidária e alta volatilidade eleitoral, os moradores da periferia podem aderir com grande facilidade aos partidos governistas. Muitos delegados e conselheiros, de forma semelhante aos participantes das assembleias, terminam aderindo a partidos vinculados ao governo em função de uma lógica pragmática de conseguir recursos para a comunidade.

Portanto, nesse cenário, de hegemonia de partidos *catch-all*, um dos efeitos mais plausíveis da manutenção do OP é a de reforçar as campanhas eleitorais, sem gerar vínculos ou identidades permanentes, isto é, um quadro. Esse fenômeno foi refletido nos depoimentos da maioria dos conselheiros e delegados entrevistados, pois eles afirmam que recebem propostas de participação em diversos partidos. A maioria dos delegados participou das campanhas eleitorais, mas evidenciando pragmaticidade e não adesão permanente, apoiando um candidato, não um partido.

No caso brasileiro, em que os partidos geram pouca identidade entre os eleitores, os vereadores e seus assessores podem vincular-se diretamente às demandas dos setores carentes da sociedade, sem mediação dos partidos. Também permite que os líderes comunitários se relacionem de forma flutuante a diversos partidos ou que participem das instâncias representativas do OP sem estar submetidos a constrangimentos partidários. Esta característica, entre outras, possibilitou que o OP obtivesse grande êxito no número de participantes, principalmente na década de 1990, pois os setores populares e as lideranças comunitárias não estão condicionados pelas identidades partidárias, podendo aderir ao projeto impulsionado pelo PT, sem estar vinculados a esse partido.

Constatamos que as aspirações dos militantes individuais a carreiras políticas

foram influenciadas pelos sistemas políticos. Os vínculos mais duráveis dos candidatos aos partidos pertencem à esquerda (MARENCO; SERNA, 2007). Nos partidos mais institucionalizados, o ingresso na organização ocorre dos níveis mais baixos da hierarquia partidária, e que perpassa um longo aprendizado até os postos de comando. Nos partidos menos institucionalizados, o ingresso geralmente ocorre nos níveis mais altos da hierarquia, a partir da conversão de capitais de outras esferas na esfera política (MADEIRA, 2002 *apud* FERREIRA, 2012). Esta diferença faz com que o recrutamento dos candidatos seja diferente de acordo com o grau de institucionalização partidária. No caso do PT, que tem características de partido institucionalizado (FILOMENA, 2006), as chances de um *outsider* preencher fileiras no partido são bem menores (MARQUES, 2007).

No Uruguai, os vínculos de fidelidade, tanto por parte do candidato ao partido, como dos eleitores, estendem-se aos partidos conservadores. Os políticos têm fortes raízes no partido, o qual leva a um processo longo de carreira político-partidária (BOTTINELLI, 2008). Essa diferença se manifestou nos depoimentos dos entrevistados. Entre os Conselheiros montevideanos, a possibilidade de serem candidatos estava condicionada aos interesses do partido. Perante a pergunta: “no futuro, pretendem candidatar-se a um cargo político?”, eles majoritariamente respondiam de forma negativa; entretanto, muitos afirmavam que, para ser candidato, era necessária uma carreira dentro do partido e, além disso, estar vinculado a um setor interno do partido. Dessa forma, a especulação por uma carreira política não parece ser a principal motivação para participar nos CVs.

CONCLUSÕES

Em Porto Alegre, o modelo institucional de participação baseado em assembleias e instâncias de representação foi compatível com a baixa institucionalização partidária, pois os moradores da periferia puderam demandar serviços com base na identidade de *comunidade*, mantendo uma imagem negativa sobre os partidos. O baixo enraizamento dos partidos na sociedade pode gerar efeitos negativos para a qualidade da participação, isto é, pode aumentar as probabilidades de cooptação dos governos sobre associações e representantes de organizações populares. Um indicador dessa possível cooptação pode expressar-se empiricamente pela adesão dos representantes populares aos partidos da base do governo de turno. A troca de partidos, por parte dos candidatos, é um fato habitual no Brasil, que faz com que os líderes comunitários se relacionem de forma flutuante com diversos partidos. O sistema eleitoral de lista aberta favoreceria esse fenômeno. Este sistema estimula os candidatos a não construírem uma trajetória dentro do partido, pois simplesmente basta ter candidatos que somem votos para a legenda partidária. Também estimula muitos dos candidatos a vereador ou a deputado a recrutarem “cabos eleitorais” entre líderes do movimento comunitário.

No Uruguai, os vínculos de fidelidade partidária, por parte do eleitor, são fortes e foram construídos historicamente por diferentes mecanismos. Os Partidos Branco e Colorado construíram vínculos baseados em significações afetivas e tradicionais. A FA visou a construir os laços de fidelidade a partir de vínculos programáticos/ideológicos. O peso das identidades partidárias manifestou-se nos discursos dos entrevistados. Os Conselheiros montevideanos que aspiravam a ser políticos profissionais estavam condicionados pelo interesse do partido. Nessa perspectiva, afirmavam que, para serem candidatos, deviam desenvolver uma carreira dentro do partido.

REFERÊNCIAS

AVRITZER L. **Orçamento Participativo**: uma explicação e a teoria democrática: um balanço crítico. In: A inovação democrática no Brasil. O Orçamento Participativo. Leonardo Avritzer, Zander Navarro (Organizadores). Cortez Editora. São Paulo, 2003.

_____. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opin. Publica vol.14 no.1 Campinas, 2008.

_____. A moralidade da democracia. Ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

BARRETO, A. “Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do Executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005)”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, vol. 7, p. 285-318, jan.-abr., 2012.

BOTTINELLI, E. Las carreras políticas de los senadores en Uruguay: ¿Cambios o continuidades ante el triunfo de la izquierda? **Rev. Sociol. Polit.** vol.16 no.30 Curitiba, 2008.

CAETANO, G.; RILLA, J. El sistema de partidos: raíces y permanencias. In: CAETANO, G., et al. De la tradición a la crisis. Pasado y presente de nuestro sistema de partidos. Montevideo: CLAEH/EBO, 1991

CARNEIRO, P; MOISÉS, A. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 7, n. ja/mar. 2015, p. 20-37, 2015.

COHEN, J.; ARATO, A. Sociedad civil y teoría política. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

DUVERGER, M. Os partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980

FEDOZZI, L. O poder da aldeia. Gênese e história do orçamento participativo de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

_____. Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FEDOZZI, L.; MARTINS, A. “Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política”. Lua Nova, São Paulo, nº 95, p. 181-223, 2015

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FILOMENA, C. O agoníssimo nas relações sociais do partido, dos espaços públicos da sociedade

civil e do sistema administrativo estatal : a experiência da administração popular em Porto Alegre. Dissertação Mestrado. PUC, 2006

GANUZA, E. Tipología y modelos de los presupuestos participativos en España, documentos de trabajo 1307. Córdoba: Instituto de Estudios Sociales Avanzados, 2007.

HABERMAS, J. Direito e democracia. Entre facticidade e validade. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 2003.

HOUTZAGER, P. P.; GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas. In: AVRITZER, L. (org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2004

KINZO, M. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. Anais do XXVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG), 2005.

KLEIN, C. **O desafio da reforma política**: consequências dos sistemas eleitorais de listas abertas e fechadas. Rio de Janeiro: Maud, 2007.

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova* [en línea]. 2006,

LAVALLE, VERA A. Após a participação: nota introdutória. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*, São Paulo. 84: 13-23, 2011.

LAVALLE, VERA A. Após a participação: nota introdutória. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*, São Paulo. 84: 13-23, 2011.

MADEIRA, R. Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Editora FGV, 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. La construcción de instituciones democráticas. Sistemas de partidos en América Latina. Santiago: Cieplan, 1995.

MARENCO A; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.22 no.64 São Paulo, 2007.

MARQUES, J. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos

RENNÓ, L.; SOUZA, A. “A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 20, nº 41, 2012.

RIKER, William H. (1982). “The Two-Party System and Duverger’s Law: an Essay on the History of Political Science”. *American Political Science Review* 76(4): 753–66.

ROMÃO, W. **Nas franjas da sociedade política**: estudo sobre o orçamento participativo. Tese doutorado. USP, 2010.

SAMUELS, A evolução do petismo (2002-2008)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, nov., 2008.

_____ “Incentives to cultivate a party vote in a candidate-centric electoral system”.

Comparative Political Studies, vol. 32, n° 4, 1999.

_____. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, v.40, n.3, p.493-535,1997.

SILVA, M. sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006.

_____. Construção da “participação popular”: análises comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS. UFRGS, 2001.

TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew (1989). **Seats and votes**: the effects and determinants of electoral systems. New Haven: Yale University Press.

YOUNG, M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova [online]**. 2006,

ÍNDICE REMISSIVO

A

América do Sul 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20

B

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68

C

Candidatura 25, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 45

Classe política 50, 51, 53

Conselhos de Vizinhança 23, 26

Cultural de Massa 56

D

Democracia 3, 5, 15, 17, 21, 25, 26, 28, 30, 31, 34, 35, 50, 52

Democracia Participativa 21

E

Economia da Cultura 56, 59, 68

Eleições Gerais 33, 34, 40, 42, 44

Empregos Culturais 59, 68

Estado 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 18, 22, 26, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 68

Estado Tecnocrático 47, 52, 53, 55

G

Geopolítica 1, 2, 9, 18

Governança Eleitoral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 46

Governo 2, 3, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 35, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 64, 67

Governo FHC 7, 10

Governo Lula 2, 7, 10, 15, 18

Guerra Fria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 16

H

Hemisfério Sul 1, 6, 11

I

IIRSA 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Impugnação de Candidaturas 33, 43, 45

Indústria 56, 57, 58, 59, 68

Informalidade 66

Institucionalização Partidária 26, 29

Instituições 5, 7, 9, 12, 14, 15, 17, 21, 23, 25, 26, 30, 35, 48, 52

Instituições Participativas 21, 26, 30

Integração Regional 1, 3, 5, 10, 12, 13, 17, 20

J

Justiça Eleitoral 33, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46

M

Montevideu 21, 22, 23, 26

Movimentos Sociais 50, 51, 53

Mulheres 60, 62

N

Nível de Escolaridade 58, 62, 63, 64

O

Organização 5, 6, 7, 10, 14, 22, 23, 24, 26, 29, 34, 38, 39, 47, 48, 50, 57, 59

P

Paraíba 33, 34, 40, 41, 42, 44, 45, 60

Partidos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 51, 53, 57

Política 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 68, 69

Políticas Culturais 56, 58, 59, 68

Porto Alegre 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32

R

Renda 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 68

S

Sistema Eleitoral 22, 23, 25, 26, 29, 35

Sistema Partidário 22, 23, 25, 26

Sistema Político 23, 24, 25

Sociedade 13, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 47, 48, 53, 55, 59, 62

T

Técnica 18, 47, 48, 53, 54, 55, 69

Tecnocracia 47, 48, 52, 53, 54, 55

Trabalhadores da Cultura 56, 58, 59, 68

 **Atena**
Editora

2 0 2 0